



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 18484273/2021-CPL/SELOG/SR/PF/PI

Processo nº 08410.000145/2020-42

1. DO OBJETO

1.1. Fornecimento de energia elétrica pela EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (CNPJ. 06.840.748/0001-89), para uso exclusivo nas instalações desta Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí e a Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI e demais unidades que a Polícia Federal instale no Estado do Piauí, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1.1. A contratação do serviço na sede da Superintendência Regional seguirá a estrutura tarifária Horossazonal Verde, com demanda de 200 KW, hora de ponta das 17h30 às 23h30, exceto sábados, domingos e feriados e horas fora de ponta consecutiva e complementar às definidas no horário de ponta durante o exercício o ano. Nesse caso, as regras de fornecimento seguirão o previsto nos Anexos I e II.

a) Considerando a forma de Consumo

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade mensal (estimada)	Quantidade anual (estimada)
1	Fornecimento de energia elétrica	kWh	49.166,67	590.000

b) Considerando a forma de pagamento

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade (mensal)	Quantidade anual	Valo anual (estimado)
1	Fornecimento de energia elétrica	mês	12	R\$ 445.000,00

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço unitário

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, com prorrogações sucessivas, salvo manifestação da contratante, nos termos do Contrato de Compra de Energia Regulada.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Esta contratação é imprescindível para o funcionamento da Superintendência Regional de Polícia Federal do Piauí e da Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba, o

fornecimento de energia elétrica, além de ser um serviço de caráter continuado, reveste-se de serviço essencial para as atividades mais simples às complexas.

2.2 O serviço é imprescindível para o funcionamento das instalações da Polícia Federal no Estado do Piauí, haja vista não mais subsistir na vida contemporânea serviço público que possa ser prestado sem a utilização, seja como meio ou fim, ferramentas de trabalho que não dependam diretamente da existência de energia elétrica.

2.3. Outras justificativas e objetivos encontram-se pormenorizados nos Estudos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de fornecimento de energia com a contratação, nos termos do Art. 24, inciso XXII da Lei 8.666/93, da empresa Equatorial Piauí Distribuidora de Energia (CNPJ. 06.840.748/0001-89) que tem monopólio dos serviços nas localidades.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra, a ser contratado mediante Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 24, inciso XXII da Lei 8.666/93.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Trata-se de serviço continuado, sem dedicação de mão de obra exclusiva;

5.1.2. A duração inicial do contrato será de 12 meses, sendo prorrogada de forma sucessiva nos termos do Contrato de Compra de Energia Regulada;

5.2. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. As formas e condições de fornecimento, medição, faturamento, prazos pagamento e etc. se encontram no contrato padrão com a concessionária.

6.1.2. Sendo um contrato de adesão, cabe a esta administração rotinas internas;

6.1.2.1. Recebimento da fatura: o servidor responsável receberá a fatura por meio direto quanto da leitura, por e-mail, ou via sistema disponibilizado pela concessionária, entre outras formas

6.1.2.2. Ateste: Após recebimento, será verificado sua exatidão e eventuais incorreções comunicadas e solicitada correção a concessionária, formalmente para evitar multas e juros de mora;

6.1.2.3. Pagamento: após ateste o servidor enviará a fatura para pagamento ao setor responsável, o mais breve possível, objetivando evitar multas e juros de mora, que em

caso de incidência, será verificado o responsável para responsabilização, conforme legislação concernente;

6.1.3. O fiscal acompanhará ainda o histórico de consumo, para propor medidas de economia; reajustes ao contrato, entre outras medidas;

6.2. A execução dos serviços será iniciada, nos moldes do novo contrato, na dada provável de 22/08/2020, após assinatura das partes com posterior publicação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1. Haverá fiscais de contrato que serão responsáveis pelo acionamento da Companhia em caso de interrupção do serviço, falhas, condições de perigo para a instituição verificadas antes e depois do ponto de distribuição.

7.2. Os fiscais serão responsáveis ainda pelo ateste, e acompanhamento das faturas, consumo e poderão fazer recomendações de medidas que visem a economia de energia.

7.3. Os critérios de forma de medição são aqueles dispostos nos Contratos de Compra de Energia Regulada e de Uso do Sistema de Distribuição.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

8.1. A contratada será responsável pela ligação até os pontos de distribuição, com fornecimento dos fios e medidor, bem como serviços de ligação e substituições, sempre que necessário nos termos do Contrato de Compra de Energia Regulada

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí carece de medidores de 4 (quatro) medidores, 4 unidades consumidoras, nos seguintes endereços:

9.1.1.1. Edifício Sede: Av. João XXIII, 4500, Recanto das Palmeiras, CEP. 64045-795, Teresina-PI;

9.1.1.2. Depósito de veículos e Arquivo: Rua Mundinho Almeida, SN, Bairro dos Noivos, CEP. 64046-140, Teresina-PI.

9.1.1.3. Dispositivo em de antena de TV: Rua Prof. Alceu Brandão, 2576, Monte Castelo, CEP. 64016-740, Teresina-PI

9.1.1.4. Delegacia de Parnaíba: Av. São Sebastião, 2055, Centro, CEP. 64220-0202, Parnaíba-PI.

9.1.1.5. Outras unidades poderão ser acrescentadas, sem necessidade de novo contrato, conforme regulamento da própria concessionária

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas

ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no contrato;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Cumprir as disposições nos contratos de Compra de Energia Regulada e de Uso do Sistema de Distribuição e legislação concernente.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Por se tratar de um contrato de adesão, as obrigações da contratada são aquelas constantes nos contratos de Compra de Energia Regulada e de Uso do Sistema de Distribuição e legislação aplicável.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Será possível nos termos dos contratos de Compra de Energia Regulada e de Uso do Sistema de Distribuição e legislação concernente.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

14.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.13. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a

responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. Após realização da medição e faturamento dos serviços pela concessionária, incorrem os prazos para pagamento e/ou contestação da fatura conforme Contrato de Compra de Energia Regulada, situação em que o fiscal de contrato e demais setores providenciarão celeridade nos tramites para evitar multas e juros de mora;

15.2. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas

15.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no contrato, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado do contrato;

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo e condições dos Contratos de Compra de Energia Regulada e de Uso do Sistema de Distribuição.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça

a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Projeto Básico.

16.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, regularize sua situação.

16.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de

16.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17. REAJUSTE

19.1. Os reajustes nas tarifas aplicáveis a energia contratada objeto do contrato corresponderá àquelas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para a classe, subgrupo e tensão de fornecimento descrito nas Condições Específicas, válidas para a área de concessão da Distribuidora, estando sujeitas a reajustes e revisões, em conformidade com as normas aplicáveis.

19.1.1. Os reajustes nas tarifas não implicam automaticamente no reajuste do valor do contrato, pois o mesmo será realizado considerando apenas valores estimados, não levando em conta o consumo, condições estas não negociáveis visto ser um contato de adesão.

19.2. Os reajustes no valor do contrato poderão ser realizados em função do aumento do valor da Tarifa ou em função do aumento na demanda, por aporilamento ou Termo aditivo, conforme o caso, e dentro do prazo de vigência do contrato.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

20.1.1. Trata-se de contrato de adesão, não cabendo qualquer ajuste na minuta de contrato, portanto não é possível a exigência de garantia.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Sendo um contrato de adesão, não cabe aqui previsão das sanções administrativas ordinárias decorrentes das leis que regem a licitação, em todo caso podem ser aplicadas, observando:

21.1.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

21.1.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.1.3. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.1.4. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.1.5. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.3. Serão observadas as disposições dos contratos de Compra de Energia Regulada e de Uso do Sistema de Distribuição.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, isto é, regularidade fiscal junto à Receita Federal, INSS, FGTS, Fisco estadual e municipal, além das consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS.

21. O custo estimado da contratação é de R\$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil anuais).

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

22.1. A dotação orçamentária será sempre a do exercício corrente, conforme classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200390

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 06122003220000001

Elemento de Despesa: 339039-43 e 339047-22

PI: PF99900AG20s

23. ANEXOS

23.1. São anexos deste Projeto Básico

23.1.1. Contrato de compra de energia regulada

23.1.2. Contrato de uso do sistema distribuição

23.1.3. Estudo Técnico Preliminar

YRISGEISSON FONTINELE LIMA

Agente Administrativo

Fiscal de Contrato

Despacho SELOG/SR/PF/PI

De acordo com os termos proposto neste projeto básico, encaminho à Superintendente Regional para aprovação.

MIRANEIDE GONÇALVES DOS SANTOS VERAS

Administradora

Chefe do SELOG/SR/PF/PI

Considerando a necessidade dos serviços de Fornecimento de Energia Elétrica para funcionamento regular das unidades consumidoras desta Superintendência, aprovo este Projeto Básico, nos termos do Art. 14º, II do Decreto n. 10.024/2019.

MARIANA PARANHOS CALDERON

Delegada de Polícia Federal

Superintendente Regional



Documento assinado eletronicamente por **YRISGEISSON FONTINELE LIMA, Agente Administrativo(a)**, em 27/04/2021, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRANEIDE GONCALVES DOS SANTOS VERAS, Administrador(a)**, em 27/04/2021, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA PARANHOS CALDERON, Superintendente Regional**, em 27/04/2021, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18484273** e o código CRC **D0F9FEAD**.